

LÍNGUA E LINGUAGENS: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA CULTURAL E A TELEVISÃO NO BRASIL

Telma Domingues da Silva

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)

RESUMO: *Este artigo aborda a constituição da televisão brasileira como elemento da cultura nacional. Para tal discussão, a autora analisa as relações entre a Mídia e a Escola – instituições que agem no sentido de uma “educação do cidadão”, da estruturação das Comunicações como área tecnológica e das mudanças no ensino da língua na Escola, em função do foco na comunicação.*

ABSTRACT: *This article approaches the configuration of Brazilian television as an element of the National Culture. For such approach, the author analyses the relationship between the Media and the School – institutions that act towards “educating the citizen”, the structure of Communication as a technological field and the changes of language teaching in School as an effect of the focus on communication.*

Tenho sistematicamente trabalhado com questões que envolvem o *discurso jornalístico*, na pesquisa acadêmica. No mestrado, abordei a cobertura de um acontecimento político internacional, a conferência das Nações Unidas que se realizou no Brasil, a chamada Eco-92 pela grande imprensa escrita; e, no doutorado, a institucionalização da televisão brasileira (Silva 2002).

Como parte do Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil (HIL), desenvolvi uma análise dos manuais de imprensa em sua relação com os chamados *instrumentos de gramatização* (Auroux 1992), a *gramática* e o *dicionário* (cf. Silva 2001 e 2001a). A participação nas discussões do Projeto HIL possibilitou uma determinada perspectiva, em uma entrada específica para a compreensão do discurso jornalístico.

Assim, quando da análise da televisão, na tese de doutorado, tais discussões conduziram, em certa medida, à exploração de aspectos das rela-

ções entre Mídia e Escola, como instituições, ambas, de difusão da “cultura” – em um sentido que será debatido neste texto.

A história da televisão brasileira foi tratada, em minha pesquisa, do ponto de vista das *relações entre as instituições*, como trabalho da *memória histórico-discursiva* – em estratégia própria da metodologia da Análise de Discurso, que se apresenta também nos trabalhos de pesquisa realizados no âmbito do Projeto HIL. Na tese, busquei explicitar como se constitui uma *televisão brasileira* através da Rede Globo, que desenvolveu para isso as condições técnicas e institucionais, com uma produção própria, uma cobertura jornalística e a exibição em rede no território nacional: é brasileira porque assim se produz e se enuncia (na relação com o seu público), funcionando no imaginário de uma rede de difusão que cobre a extensão desse território, representando-se enquanto tal.

A pesquisa realizada no doutoramento abriu novas diretrizes para a investigação, dentro já das minhas preocupações sobre a mídia, enquanto prática de linguagem. Mas a relação dessa pesquisa sobre a televisão brasileira para com o projeto HIL não era o que mais se evidenciava inicialmente. Considerarei, somente depois, que deveria compreender melhor as correlações entre o *desenvolvimento da televisão brasileira* e o *desenvolvimento das abordagens de tratamento das linguagens verbais e não-verbais pela difusão de conceitos lingüísticos* – o que implica em discutir aspectos do funcionamento da Lingüística e da Semiótica como abordagens da língua / linguagem, em sua especificidade no país, bem como os deslocamentos que ocorrem na Escola no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa.

No sentido de aprofundar elementos que se colocaram durante a tese, primeiramente, no artigo “Lingüística e Comunicação” (Silva 2005), focalizei condições que envolveram (e envolvem) a circulação, na Universidade, de determinados conceitos lingüísticos como próprios à área das Comunicações.

A construção da linguagem audiovisual da televisão como uma nova tecnologia implica o desenvolvimento de mão de obra e de instrumentos, de técnicas, de uma normatização, em função de uma qualificação profissional específica. As mudanças na Escola e na Universidade estão correlacionadas às mudanças da sociedade, em suas transformações tecnológicas.

A seguir, apresento um panorama – certamente parcial – da abordagem Semiótica que, junto à Teoria da Comunicação, desenvolve-se como fundamentação teórica da área das Comunicações na Universidade brasileira. No presente artigo, tais elementos têm como objetivo subsidiar uma análise da televisão brasileira como representante da cultura nacional, dentro da proposta atual do Projeto História das Idéias Lingüísticas,

que tem por tema “O Controle Político das Representações”. Busco compreender, no alçamento da Escola nesse processo, as determinações produzidas para o *sujeito urbano*, quanto às relações língua / cultura literária.

1. A Semiótica e a difusão de conceitos lingüísticos

No histórico da universidade brasileira, inicialmente foram introduzidas as *Ciências* como disciplinas constituídas através de um *modelo europeu* e depois as *Tecnologias*, a partir de um *modelo americano*. A Comunicação é uma área de concentração tecnológica e resulta da *associação de contribuições de diferentes Ciências*. A área das Comunicações constitui-se e se volta para o estudo e o desenvolvimento de práticas de linguagem, de técnicas de linguagem. A análise e a produção das linguagens, verbais e não-verbais, tem como referenciais a Semiótica, a Semiologia e a chamada Teoria da Comunicação. As abordagens de tratamento das linguagens distinguem-se, mas mostram, ao mesmo tempo, uma associação, pela própria difusão que promovem de conceitos do estruturalismo lingüístico, como *sistema, código, signo* etc.

Como área tecnológica, são certos resultados das pesquisas lingüísticas que interessam à área da Comunicação, e a chamada Teoria da Comunicação não constitui uma teoria no sentido científico do termo. É, antes, a possibilidade de aplicação de um mesmo “tratamento comunicacional” para diferentes linguagens, em diferentes campos profissionais (cinema, jornalismo, publicidade, relações públicas, rádio e tv, arquitetura, designer gráfico...), que se diz com o termo “teoria da comunicação”.

Do ponto de vista científico, pode-se considerar, por sua vez, que funciona uma *teoria lingüística*, “espontaneamente”, na sua base. Nas técnicas que dão sustentação para esse conjunto diversificado, que é “a linguagem”, realiza-se uma homogeneização no tratamento de diferentes objetos de estudo, caracterizando um profissional que lida com o público e que deve ter o domínio de técnicas, entre o verbal e o não-verbal, no sentido de uma “comunicação de massa”.

A enunciação lingüístico-fotográfica da televisão vai constituir na televisão brasileira um determinado *padrão*, tendo em vista a comunicação com o público. O profissional desse meio realiza seu trabalho, tendo em vista a necessidade de uma “clareza comunicacional”, em que a inserção da imagem deverá ter para o público o sentido de uma “comprovação” em relação ao que está sendo dito, e isso tanto nos telejornais quanto na telenovela.

Além da Teoria da Comunicação, a constituição das técnicas na linguagem da televisão tem respaldo em teorias estruturalistas da narrati-

va e teorias do signo, remetendo à autoridade da Semiótica, que tem em Barthes e Greimas, por exemplo, representantes de uma tradição francesa. O estruturalismo francês que se desenvolve na década de 60 como uma abordagem de elementos culturais, tais como a *narrativa*, faz uma re-leitura de trabalhos do formalismo russo do início de século, que serão traduzidos, e desenvolve uma relação renovada de trabalho para com a Semiótica Russa, figurada em autores como Kristeva e Todorov, que estiveram, ambos, radicados na França. De um outro lado, a obra de Peirce dá origem a uma tradição semiótica que remete diretamente à Lógica, na qual a linguagem (signo) é concebida como intermediação, em uma perspectiva cognitiva. A partir da obra de Peirce, no Brasil anuncia-se uma Semiótica que, diferentemente daquela primeira, que tem sua filiação na Lingüística, não reconhece o “privilégio” do verbal sobre os outros códigos.

No âmbito dos autores identificados ao tratamento das linguagens verbais e não-verbais, destaca-se Roman Jakobson, pelo seu esquema das seis *funções da linguagem*, muito difundido no país, fazendo parte, inclusive, do conteúdo programático em Escolas de 2º. Grau. Jakobson tem uma contribuição importante, direcionada para a disciplina da Lingüística, com a Fonologia, por exemplo. Na circulação mais abrangente que se realiza através das suas traduções, que privilegiaram o “aspecto interdisciplinar” de seus trabalhos, aqui no Brasil, ficará identificado, sobretudo, à Semiótica. (Cabe observar que, numa visão de fora da área, muitas vezes a Semiótica é até confundida com a Lingüística).

A Comunicação organiza uma área de estudo para a formação de profissionais capazes de compreender/ operar os “novos meios” (tecnológicos, eletrônicos...) de informação e expressão artística. Pode-se dizer que isto está *representado* em certos aspectos da própria obra de Jakobson, ou seja, em sua abordagem funcionalista da linguagem, que desenvolveu quando lecionava nos EUA. As funções da linguagem de Jakobson pressupõem uma certa associação entre conceitos do estruturalismo lingüístico, uma abordagem psicossocial da fala e uma teoria matemática da informação, em uma sustentação teórico-metodológica que se constitui na base para a preparação desses *profissionais da comunicação*.

A chamada “teoria” da informação é a associação de uma diversidade específica de trabalhos, que se voltam diretamente para as técnicas de *reprodução de linguagem*, concebida, em sua função primeira, como comunicação/ troca de informações entre emissor/ receptor, em uma explicação do funcionamento da linguagem a partir da sua metaforização pelo meio físico de “transmissão de mensagens”.

2. A televisão brasileira e a nossa língua portuguesa

Ao procurar correlações entre a pesquisa realizada e o Projeto HIL, o termo *televisão nacional* apresentou-se significativo. Na área da Sociologia, alguns estudos buscaram analisar aspectos da cultura como parte da formulação de um “caráter nacional”, tendo como fundamentação, notadamente, a obra de Gramsci (1978) – com relação à televisão brasileira, um trabalho que podemos referir, nesse âmbito, é Pereira e Miranda (1983). Quanto à área da Lingüística, o termo *televisão nacional* pode, sobretudo a partir da perspectiva produzida pelo Projeto, sugerir um paralelo em relação à concepção de *língua nacional* – não há, porém, “equivalência” nem entre esses termos nem entre *televisão* (brasileira) e *literatura* (brasileira)... pois não há continuidade ou qualquer recobrimento possível entre as tecnologias da imprensa (literatura) e da mídia (audiovisual).

A questão da “língua nacional” é determinante nos dois primeiros períodos da história dos estudos lingüísticos no Brasil (segundo a análise de Guimarães 1994), sendo importante para a legitimação de uma língua diferenciada da língua de Portugal, tanto falada quanto escrita.

Houve uma discussão primeiramente dividindo aqueles que queriam romper com a imagem do português de Portugal, através da afirmação de uma outra língua (nomeada como *língua brasileira*), e aqueles que queriam manter um português, aqui, identificado ao português de Portugal, em uma posição purista em relação à língua. Assim, a literatura brasileira passou por um período de afirmação das “especificidades” em relação à mesma língua (que pode ser lembrada, por exemplo, com a polêmica gerada em torno da obra de José de Alencar) que, em Portugal, já remetia a um patrimônio cultural historicamente constituído: a língua e a literatura portuguesas.

O desenvolvimento da televisão se dá em uma outra época, durante as décadas de 60 e 70, que correspondem a um momento político em que se objetivou no país a “democratização” da escola, isto é, a sua difusão para as regiões e classes que ainda não tinham *acesso à cultura e à informação*. Esse fato deve ser analisado, tendo em vista o papel da Escola, nas sociedades democráticas, de difusão de uma cultura e de formação (a “educação”) de um *cidadão*.

Com relação à História das Idéias Lingüísticas, nos anos 60 se dá a implantação da disciplina da Lingüística em todos os cursos de graduação em Letras – em um evento que marcará o quarto período dos estudos lingüísticos (Guimarães 2004). A área das Comunicações também é estruturada a partir desse momento, sendo, portanto, concomitante à *regulamentação curricular da disciplina Lingüística* no cur-

so de Letras e à conseqüente *difusão do método do estruturalismo lingüístico* pelo país.

Do ponto de vista do desenvolvimento da Comunicação como área de atuação profissional, isto é, de sua institucionalização, pode-se perceber uma gradação em três diferentes períodos: a estruturação legal nas décadas de 60 e 70, a regulamentação interna na década de 80 e a legalização de mecanismos de fomento na década de 90. No presente texto, discuto determinações que envolvem esse primeiro período, para a compreensão de aspectos constitutivos da História das Idéias Lingüísticas no Brasil, que concernem à difusão do estruturalismo lingüístico e à representação de um patrimônio cultural para o país.

Na década de 80, em um momento político marcado pela chamada transição democrática, são formulados os códigos de ética, promovendo-se uma regulamentação interna dessas profissões (exceção ao código de ética da publicidade, que é de 1957, o código de ética dos jornalistas e das relações públicas são de 1983 e 1985). Também é nesse período que tem início as publicações de manuais da imprensa (Silva 2001 e 2001a). E, na década de 90, quando a televisão e a democracia já estariam devidamente instaladas no país, são sancionadas leis de incentivo e fomento à cultura, que favorecem a Mídia: a Lei do Audiovisual e a Lei Rouanet são, ambas, de 1995.

As articulações que envolvem a Escola e a Mídia, como instituições difusoras da cultura lingüístico-literária, não são, portanto, unilaterais – e é, justamente, nesse âmbito de inter-relações, que procuro compreender, no momento, o significado da tecnologia da televisão.

A Lingüística Moderna coloca questionamentos para o ensino da língua portuguesa, e isto, no Brasil, ocorreu em condições políticas específicas, dadas as relações que aponto brevemente aqui.

Nas décadas de 60 e 70, quando vigorava no país o regime militar, a televisão desenvolveu-se nacionalmente, ocorrendo também uma regulamentação das profissões e dos cursos na área das Comunicações, com o estabelecimento de um currículo mínimo e a exigência de um diploma para o registro desse profissional. Essa época corresponde, portanto, à estruturação da área, sendo que os cursos de jornalismo já existentes serão encampados posteriormente.

A implantação de uma nova tecnologia é uma decisão política que repercute: o desenvolvimento da televisão requer a adequação da Universidade, que responde a isso com a criação da área das Comunicações. E, em termos da produção de conhecimento, a Semiótica vem se situar, no conjunto dos estudos lingüísticos, de forma instrumental: a Gramática instrumentaliza o sujeito para a língua escrita e a Semiótica e a Teoria da Comunicação instrumentalizam o sujeito para “produzir e compreender

mensagens”, em uma outra abrangência que servirá à Comunicação, e mesmo até certo ponto às Artes e à Antropologia, como áreas de estudo das produções culturais.

A televisão expande-se no Brasil, durante tal período histórico, dentro de uma política cultural que, ao se fazer *nacional*, se fez popular, na integração (político-ideológica) de regiões e classes até então alheias à “informação e cultura” – em um país de tão grande diversidade, *quais* informações poderiam interessar a todos e de *que* cultura se está falando?... mas essas são questões que não se colocam a partir do lugar em que a cultura se fala em termos da representação de uma Nação.

A política de popularização mostra uma associação direta da tecnologia da televisão para com a questão lingüística, por exemplo, através da obrigatoriedade, advogada pela legislação federal, de que todas as produções estrangeiras aqui exibidas fossem dubladas, isto é, faladas na “*nossa*” *língua portuguesa*... Com essa medida que permite a “generalização” do “meio de comunicação audiovisual”, atingindo a população não-letrada, reafirma-se a *unidade lingüística* no território nacional, como uma política do Estado.

O contexto nacional de produção da televisão requer a realização de uma certa unidade para o português falado. No manual de telejornalismo da Rede Globo (1985), a locução jornalística é um dos itens discutidos, mostrando o cuidado da empresa na sua *enunciação nacional*. A fala dos apresentadores, diferentemente da dos repórteres locais, deve ser *neutra*, em uma realização que, segundo as recomendações do manual, resultaria da *censura aos elementos da língua que são interpretados*, seja no léxico, na fonologia, na sintaxe etc., como *marcas de regionalismo*, identificando ou a fala caipira, ou a fala carioca ou a fala nordestina ou a fala do sul do país... – o que pôde se realizar a partir de um conhecimento sobre a língua já disponível nessa época.

Estudos descritivos do português falado poderiam permitir um panorama sobre as variações geográficas da língua no Brasil, mas o projeto de um mapeamento das falas regionais, embora antigo, ainda não se realizou. No trabalho de descrição da língua falada no país, tem-se *Estrutura da língua portuguesa*, obra de 1960 de Mattoso Câmara Jr., como um marco, uma referência para as outras descrições lingüísticas que a ela se seguiram. A descrição por ele empreendida corresponderia a um *padrão urbano culto*, em uma realização que identifica o *falante escolarizado*. Esse trabalho descritivo aponta para *a estrutura do português brasileiro*, delimitada em sua diferenciação em relação ao português lusitano, em traços tais como, por exemplo, o “l” em final de sílaba.

Em termos regionais, a descrição se produz a partir de um centro urbano importante, o Rio de Janeiro. Os centros urbanos são considera-

dos “irradiadores” da cultura, capazes de uma interferência e de uma representatividade nacional. Mattoso chega a exemplificar, em alguns momentos, “falas regionais”, de modo a explicitar algumas diferenças de pronúncia. O que se observa funcionando na televisão brasileira em termos de realização lingüística “coincide” com esse “padrão culto”, além de uma série de elementos que vem caracterizar “o regional” de maneira folclórica, caricatural. Pode-se dizer que o padrão, para se construir, requer uma exterioridade que funcione como contra-identificação, ou, no caso, duas: o *português de Portugal* e o *regionalismo*.

O momento de expansão da televisão brasileira, na direção de sua institucionalização, é o momento em que se daria uma “democratização da escola”. Era uma urgência política da época “levar a escola/ a escrita/ a educação... a todos” (e continua sendo!), de modo a se constituir uma população de *cidadãos: o sujeito urbano escolarizado* (Pfeiffer 2003). Mostram-se aí as determinações políticas e econômicas no sentido de “cultura”, que “integra” e marginaliza o sujeito pela identificação com o que é próprio ao *urbano-moderno*, como consumo, acesso, status, em um mesmo processo “civilizatório”.

Assim, em termos das tecnologias da linguagem, ao invés de “levar a escrita a todos”, através da Escola, a “informação e cultura” foi levada ao audiovisual, na forma de uma *televisão brasileira*.

A qualificação “brasileira” não é um problema para a tecnologia e a produção que envolve a televisão – e com isso se resolve, no âmbito político de uma representação cultural para o Brasil como nação, a “crise de identidade” que a qualificação da língua, como “portuguesa”, representou. A televisão vem contribuir para uma determinada autorização em relação às realizações da língua aqui no Brasil, como mostrarei. Com relação à escrita da língua observa-se, por sua vez, que o acordo ortográfico de 1943, que distingue a escrita brasileira da portuguesa, sofre apenas uma ligeira modificação em 1971 – essa estabilização para a ortografia marca o período de 1943 a 1971, diferenciando-o do período imediatamente anterior.

Porém, para a Escola, por um lado, se se verifica uma estabilização quanto à ortografia da língua no país, reconhecidas as diferenças em relação a Portugal, verifica-se também uma relativização da norma gramatical como modelo – já que a Lingüística irá localizar e legitimar, em certa medida, as diferenças, desde que explicadas como *diferentes registros* da fala, levando-se em conta, além das identificações regionais, a diversidade das “situações de comunicação”, representada, por exemplo, através dos pares urbano/ rural, culto/ popular, coloquial/ formal etc.

A lingüística moderna vai implicar em modificações no ensino da língua, inscrevendo-se na Escola através de uma concepção da língua/ lin-

guagem como *instrumento de comunicação*. Assim, mais do que ensinar aos alunos “a gramática”, caberá ensinar “a comunicação” na língua, em uma determinação que atinge a própria designação da disciplina em que se leciona Língua Portuguesa, que, a partir da década de 1970, passará a ser chamada preferencialmente “Comunicação e Expressão Verbal”.

Com a teoria lingüística (ou a Lingüística Moderna), a *língua oral* torna-se foco de interesse e investigação científicos, promovendo-se o conhecimento da língua em sua *estrutura fonológica*. A teoria lingüística vai introduzir, ainda, o conceito de *língua materna*, postulando um domínio da língua pelos falantes, em um aprendizado anterior à escola. Tal domínio, contraposto à alfabetização, pode ser compreendido como um aprendizado “espontâneo”, “natural”: a criança aprende a falar “naturalmente”, no contato com a língua sendo falada pelos pais. Por aproximação, para o aprendizado dessa língua escrita, na Escola, objetivou-se também uma “naturalidade”: aprender a escrever *lendo*, aprender a gramática *escrevendo*... É a prática da leitura e da escrita, o contato com o texto, portanto, que ensinará ao aluno a *língua escrita* – porque “a língua” (estrutura fonológica), ela já sabe.

Assim, um efeito da teoria lingüística (do estruturalismo) sobre o ensino será o de deslocar o domínio da gramática como *instrumento lingüístico* para o sujeito. Em sala de aula, saber as “regras gramaticais” não é o que se objetiva como técnica pedagógica, mas “saber se comunicar”. A gramática não precisa mais (não deve) ser “impingida” pelo professor como conteúdo disciplinar, na medida em que o sujeito só precisa saber da língua o que dela irá utilizar em sua comunicação.

Tendo a Lingüística Moderna como referência, vai se constituir uma *concepção moderna* de ensino da língua no Brasil, situando-se, por oposição, uma outra concepção como *ensino tradicional*. Enquanto instrumento lingüístico, a *gramática* não está presente do mesmo modo em sala de aula em uma e outra concepção de ensino de língua. O ensino da língua portuguesa se fará então, marcado por essa tensão, na medida em que não há superação de um modelo pelo outro.

No ensino moderno, o aluno deve internalizar a gramática (enquanto saber a língua) através da leitura; a gramática, como elenco de regras (isto é, a obra, o volume) encontra-se secundarizada, dado o sentido de domínio da língua pelo uso (a comunicação), fazendo-se presente de forma circunscrita, como “consulta”, semelhantemente aos dicionários e às enciclopédias, em função da dúvida do aluno como uma questão localizada.

A enunciação dos manuais de imprensa (segundo as análises realizadas em Silva 2001 e 2001a) constitui-se por uma presença da *gramática* para o sujeito como um domínio anterior, como um pré-construído (Pe-

chêux 1988) dessa enunciação jornalística sobre a língua enquanto estilo. Ou seja, para aquele sujeito a quem a enunciação dos manuais se dirige, jornalista ou não, a gramática poderia ser pensada como enunciação relativa à escola, à qual coube o ensino da leitura e da escrita.

Os efeitos da linguagem-comunicação na Escola – que aponto aqui de maneira não sistemática – indicam que também na sala de aula a gramática pode não comparecer *enunciada*, se for compreendida então como esse resultado posterior de um trabalho de leitura e escrita realizado com os alunos. Esses elementos apontam, pois, para alguns questionamentos sobre tais efeitos. Em termos pedagógicos, o acesso à gramática enquanto instrumento seria (ou deveria ser) “facilitado” pelo professor, nessa concepção moderna do ensino da língua enquanto *uso*. E, como o *modelo de linguagem* é o da “comunicação” (ou o uso “ordinário” da língua), o *texto jornalístico* converte-se no *exemplo* a ser utilizado em sala de aula, nos seus diferentes formatos, incluindo a crônica – no lugar do *texto literário* “tradicional”.

Parte da leitura volta-se para os exemplos de texto da mídia, contando também com os chamados livros para-didáticos, que são narrativas especialmente produzidas para a situação de sala de aula e não correspondem, portanto, à “literatura”. E, em parte, também a produção textual volta-se para o desempenho comunicativo do aluno, para a “linguagem cotidiana” por oposição à “linguagem literária”.

Na relação do cidadão com a língua escrita, não seremos todos “escritores”. É interessante atentar para o sentido de “escritor”, com o qual tomamos contato através da própria escola. O termo “escritor” faz referência a um sujeito diferenciado na sociedade, o *artista* da linguagem verbal, e não faz par, por oposição, com o termo “leitor”. A descontinuidade leitor/ escritor é sintomática, e é praticada no processo de escolarização, que pressupõe um reconhecimento da literatura como produção de texto que se realiza em um outro lugar, fora da escola (cf. a questão da produção textual e da autoria na Escola nos trabalhos de Gallo 1993 e Pfeiffer 2000). Tal descontinuidade cria o público *consumidor* da literatura e da imprensa, o leitor, como fenômeno das sociedades modernas (burguesas).

Em países como o Brasil, porém, em que o processo de democratização da escola se dá junto à instalação da mídia eletrônica, associada à difusão da linguagem-comunicação no próprio contexto escolar, o aluno terá dificuldades de se identificar também à posição do *leitor*. A difusão simultânea da mídia e da visão comunicacional inscreve-se em um contexto tal, no país, que contribuem para um afastamento do aluno em relação à *literatura*, atingindo as propostas de *leitura* e de *produção textual* em sala de aula, uma afetando sobre a outra.

3. Televisão e cultura

O desenvolvimento da televisão no Brasil é um projeto do qual o governo militar teve, pois, participação decisiva, pelo conjunto de regulamentações que irá dar condições de estruturação à área das Comunicações, como área de formação e atuação profissional, e à televisão, como tecnologia de informação no país (cf. Silva 2002). Tendo em vista o modo como a televisão desenvolveu-se no Brasil, deu-se, em certa medida, uma transferência da cultura (como *patrimônio nacional*, em um sentido gramsciano) do “literário” para o “audiovisual”. Parte do papel na educação que constituiu a Escola, desde sempre, como instituição de difusão das letras (a alfabetização, a cultura letrada...), será transferida ao audiovisual, em função do próprio apoio do governo a essa tecnologia.

Quanto à estrutura e ao funcionamento da tecnologia da televisão, privilegiou-se aqui o *modelo comercial*, de forma semelhante aos EUA, em detrimento do *modelo estatal*, que predominou por um tempo na França, Inglaterra e outros países na Europa, e era voltado preferencialmente para a *programação educativa*. Embora a característica do modelo comercial seja uma programação de *entretenimento*, exigiu-se da televisão no Brasil cumprir um “certo papel” na Educação – de modo até a justificar o apoio do governo federal ao modelo comercial. A criação das tevês educativas, através de legislação, foi uma forma de o governo responder às críticas que eram feitas no país a esse respeito.

A exigência sobre o caráter educativo é algo que se coloca mais amplamente, dado o grande investimento que as Comunicações implicam para os governos dos diversos países. Assim, ao sentido de “veículo de informação”, vem se associar a “cultura/ educação” quase como um efeito “secundário”, lateral. Se por um lado as Comunicações buscam uma Mídia “educativa”, como modelo ideal, por outro lado a “educação” que de fato realizam é a formação de um *público consumidor*, através da interpelação desse público enquanto *sujeito urbano*.

O Brasil encontrava-se no momento da expansão da televisão em direção a sua integração ao mundo capitalista, o que foi significado por uma imagem modelo de desenvolvimento a ser alcançada (país urbano e moderno), que implicaria, por sua vez, na imagem de um determinado cidadão, em seu acesso aos bens, neles incluindo a “informação e cultura” – é esse sentido de informação e cultura que está aqui em jogo, e que se sustenta a partir de uma mídia institucionalizada.

A Educação não é então o que caracteriza a televisão brasileira, mas ela tem, de um lado, “responsabilidades” e de outro os seus efeitos sobre ela – fato com o qual a Escola teve e tem de lidar. As relações entre Mídia e Escola, além de bidirecionais, são também ambíguas, na

medida em que as duas instituições agem sobre a educação (formação) do cidadão, em uma coincidência que as torna concorrentes.

Para exemplificar essa questão, podemos lembrar aqui de como nas novelas, através dos diálogos das personagens, a televisão desempenha um papel na “educação do cidadão”, hoje, de forma bastante enfática. Por exemplo, na novela *América* (Rede Globo, 2005), personagens cegos têm a função de levantar a questão do deficiente e sua integração na sociedade. Tal “educação” é fundida na programação, cujo caráter é de *entretenimento*, isto é, em meio à novela, a televisão realiza, em uma enunciação que se dirige ao público, uma encenação da sua educação (a educação do público: o cidadão brasileiro), na forma de um diálogo ficcional que didatiza temas que, como esse, tem interesse para a *cidadania*. O domínio da linguagem de entretenimento (ou da linguagem da comunicação com o grande público) torna a mídia mais “eficaz” quanto aos objetivos na Educação e essa eficiência da mídia no entreter, por sua vez, torna a Escola cada vez mais monótona, desinteressante, desatualizada, enfim, ineficiente.

Assim, a televisão teve e tem de cumprir um papel político de *democratização da informação e da cultura*, lembrando que, no Brasil, o público ao qual se dirige inclui também a parcela não-escolarizada da população. Ou seja, essa educação do cidadão que a televisão realiza produz-se aquém da escrita, prescindindo dela. Se por um lado poder-se-ia pensar que a televisão – isto é, o audiovisual – “ultrapassa” a escrita, por outro lado não podemos esquecer que os profissionais que trabalham na produção da televisão são escolarizados. A televisão vem então *representar* a língua aqui falada, com autoridade (indicada, por exemplo, pelo programa “Nossa língua portuguesa”), representando um produto cultural do país, inclusive, de exportação.

A Escola (a escrita, a cultura literária...) não está fora da Mídia! Lembremos, primeiramente, que, na base de toda a produção e exibição da televisão, está a escrita de scripts e roteiros, em uma textualidade que *representa* a oralidade para o público – mas não o é. E, de modo geral, o desenvolvimento dessa tecnologia não irá prescindir a “cultura letrada”, mas, ao contrário, em textos desenvolvidos especificamente para o meio e textos adaptados de obras literárias e do cinema, irá ainda fazê-la trabalhar enquanto acervo, patrimônio nacional.

Referências Bibliográficas

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Orlandi, Eni P. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BALDINI, Lauro. *A NGB: explicada, comentada, exemplificada*. Dissertação de mestrado, IEL, Unicamp, 1999.

- BLIKSTEIN, Isidoro. “Entrevista com Isidoro Blikstein”, *Relatos* nº 6, junho 2000 – Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil – DL – IEL – Unicamp/ DL – FFLCH – USP.
- CENTRAL GLOBO DE TELEJORNALISMO. *Manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro, TV Globo, 1985.
- DIAS, Luís Francisco. *Os sentidos do idioma nacional – as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*, Campinas: Editora Pontes, 1996.
- GALLO, Solange. *O Discurso da Escrita na escola*, Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GUIMARÃES, Eduardo (2004). *História da Semântica – sujeito, sentido e gramática no Brasil*, Campinas: Pontes.
- _____. “Sinopse dos estudos de português no Brasil”. *Relatos* nº 1, Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas, Campinas, DL-IEL-Unicamp, agosto, 1994.
- _____. “História da gramática no Brasil e ensino”. *Relatos* nº 5, Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas, Campinas, DL-IEL-Unicamp/DL-FFLCH-USP, out., 1997.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. Trad. BLIKSTEIN, Isidoro, São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1968.
- KEHL, Maria Rita. “Eu vi um Brasil na TV”. In SIMÕES, Inimá et al.. *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MARIANI, Bethânia e SOUZA, Tânia C.C. “Reformas ortográficas ou acordos políticos”. In GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni, *Língua e cidadania – o português no Brasil*, Campinas: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, 2003.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico – para uma história das Idéias no Brasil*, São Paulo: Editora Cortês, 2002.
- ORLANDI, Eni P. e GUIMARÃES, Eduardo J. (orgs.), *Institucionalização dos estudos da linguagem – a disciplinarização das idéias lingüísticas*, Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, Michel (1969). “Análise Automática do Discurso”. In GADDET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.
- PEREIRA, Carlos Alberto M. e MIRANDA, Ricardo (1983). *Televisão - o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- SILVA, Telma Domingues da, “A Lingüística na Comunicação”. In *Revista Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, n. 11, março de 2005.

- _____. *Televisão brasileira: a Comunicação institucionalizada*, tese de doutoramento desenvolvida no IEL – Instituto de Estudos da Linguagem/ Unicamp, 2002.
- _____. “Mídia e imagem urbana”. In Orlandi, Eni P. (Org.). *Cidade atravessada*. Campinas, Pontes, 2001.
- _____. “Os manuais da imprensa no Brasil: da Redação à circulação pública”. In Orlandi, Eni P. (Org.). *História das idéias lingüísticas no Brasil*. Campinas, Pontes, 2001.
- _____. (2001a) “A língua e a escrita jornalística”. In Guimarães, Eduardo (org.), *Produção e circulação do conhecimento*, Campinas, Pontes, 2001.

Palavras-chave: Comunicação, Estruturalismo, televisão brasileira, tecnologias de linguagem

Key-words: Communication, Structuralism, Brazilian television, language technologies